

COLONIZAÇÃO – SEGUNDA FASE

René E. Gertz*

1 A imigração

Até os indígenas que habitavam o território que veio a constituir o Rio Grande do Sul provinham de um processo de migração. Isto significa que, a rigor, neste Estado, ninguém é “autóctone”. Por esta razão, neste texto, não será feito qualquer esforço para distinguir, de forma criteriosa, entre “imigração”, “migração” e “colonização”. Estas palavras, obviamente, não são sinônimas, mas, de fato, se tratará, aqui, do processo de *colonização* resultante da *migração* de pessoas vindas de outros continentes, a partir do século XIX, processo, normalmente, chamado de *imigração*. Esse processo fez com que determinadas regiões do Estado apresentassem características socioeconômicas, políticas, culturais, religiosas específicas.

Em um segundo momento, populações descendentes desse processo deram origem a migrações internas e à colonização de novas áreas, muitas vezes, sem que daí resultasse uma configuração social, política, cultural, religiosa totalmente diferente daquela que a originou. Isto fez com que aquelas três citadas palavras, muitas vezes, sejam utilizadas como sinônimos, na linguagem cotidiana. Para dar um exemplo concreto – cidadãos que se referem ao município de Cerro Largo costumam chamá-lo de município de “imigração alemã” ou de “colonização alemã”, ainda que ele tenha resultado, basicamente, de um processo de migração interna, de forma que poucos dos seus colonizadores eram, efetivamente, alemães.

Pretende-se fazer, aqui, alguns comentários muito breves e gerais a respeito dos processos de imigração, migração e colonização, desde o início do último quartel do século XIX, com o início da vinda de imigrantes italianos e poloneses, mais a continuidade da vinda de novos contingentes de alemães. E, no século XX, tem-se, ainda, a vinda de judeus, de japoneses e de vários outros grupos numericamente menores.

Nos três primeiros grupos são, porém, aqueles que mais fortemente marcaram a paisagem humana, socioeconômica, política e cultural do Estado, e são alguns aspectos

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

desta paisagem, em sua configuração até a atualidade, que se tentará abordar. Evitou-se uma tediosa enumeração de nomes e datas de fundação de núcleos coloniais através do tempo. O objetivo é tecer algumas considerações que não apenas apresentem informações sobre o passado, mas também ajudem a entender aspectos do presente.

Por ter sido abordada em capítulo específico, não se fará referência aos resultados da imigração açoriana. Também não se fará nenhuma referência ao ingresso de pessoas vindas dos países vizinhos, tampouco ao desdobramento da presença portuguesa ou da introdução forçada de negros, trazidos como escravos.

Na década de 1870, iniciou uma nova fase no processo de imigração e colonização, com a chegada de grupos significativos da península italiana e da Polônia. Grosso modo, essa fase se estendeu até a Primeira Guerra Mundial (1914). Não que antes dessa data representantes desses dois grupos estivessem totalmente ausentes – basta lembrar Garibaldi ou Zambecari, personagens importantes da Revolução Farroupilha, mas também Gudowski ou Stepanowski, menos conhecidos da mesma Revolução ou das guerras no Prata, no início da década de 1850. Mas, no último quartel do século XIX, o modelo de colonização iniciado 50 anos antes, com alemães, foi continuado, em outros territórios e com imigrantes de outras origens.

Naquilo que tange aos imigrantes vindos da península italiana, fundaram-se três colônias na encosta superior do nordeste do Estado: Conde d’Eu (mais tarde, Garibaldi), Dona Isabel (mais tarde, Bento Gonçalves) e Caxias. Uma “quarta colônia” foi fundada, mais ou menos na mesma época, na região central do Estado, próximo a Santa Maria, tendo como centro Silveira Martins. Com isso, foram colocadas, no mapa gaúcho, duas “manchas” relativamente grandes, que viriam a simbolizar a presença italiana, de forma que, até hoje, a opinião pública associa “colonização italiana”, basicamente, com a região serrana e com a “Quarta Colônia”, ainda que elas, entretantes, se tenham espraiado, abrangendo grande quantidade de municípios das circunvizinhanças, e muitas outras regiões do estado.

Ao contrário da colonização com italianos, que teve, nos seus inícios, essas duas áreas centrais relativamente compactas, a colonização com poloneses foi mais dispersa. Seu assentamento inicial foi, predominantemente, em áreas de colonização nas quais outros grupos constituíam a maioria – com destaque para os citados núcleos de colonização italiana. Em períodos posteriores e em momentos diferentes, foram, porém, feitos assentamentos mais concentrados também com poloneses em, no mínimo, mais seis locais espalhados por diversas regiões. Assim, dois foram localizados ao sul de

Porto Alegre (as colônias de Dom Feliciano e Mariana Pimentel), um em Guarani das Missões, outros em Ijuí, em Erechim e em São Marcos.

Além das colônias de tradição mais antiga com alemães, e das posteriores, com italianos e poloneses, em 1904, foi estabelecida a colônia Philippson, próximo a Santa Maria, com imigrantes judeus vindos do leste europeu; oito anos depois, foi estabelecido outro núcleo ao norte do Estado, na região de Erechim, a colônia Quatro Irmãos. Ainda que os dados numéricos sobre os judeus sejam divergentes, apontam para 100 a 350 pessoas que teriam vindo para o primeiro e cerca de 450 para o segundo desses núcleos (WAINBERG, 2004, p. 72; GRITTI, 1997, p. 92). Afora aqueles vindos para esses núcleos, naturalmente também aconteceu o ingresso de avulsos, vindos antes e depois dessas datas.

Diferente daquilo que aconteceu com alemães, italianos, poloneses e seus respectivos descendentes, que, em gerações sucessivas, migraram tanto para o interior, estabelecendo novos núcleos coloniais do respectivo grupo, quanto para centros urbanos, os colonizadores judeus, em sua quase totalidade, abandonaram seus lugares de assentamento agrícola original e migraram para centros urbanos, de forma que os núcleos originais praticamente deixaram de existir ou, então, foram ocupados por populações de outra origem.

Finalmente, merece referência a imigração japonesa. Para o Brasil, como um todo, ela começou em 1908, destinando-se, em especial, para o sudeste do País. Por isso, no censo demográfico de 1940, registraram-se apenas 199 japoneses no Rio Grande do Sul, com pequenos núcleos não consolidados em Horizontina e em São Sebastião do Caí. A partir da segunda metade do século XX, essa imigração, porém, foi retomada, de forma que, além de famílias isoladas espalhadas por diferentes localidades, estabeleceram-se novos grupos em Ivoti, Santa Maria, Viamão, Itati e outros lugares.

2 Quantos são e onde estão os colonizadores?

A Primeira Guerra Mundial e, depois, a Revolução de 1930 constituem dois importantes divisores de água na questão da imigração. A Guerra criou dificuldades físicas para a própria vinda de novos contingentes, e a Revolução representou uma mudança definitiva de rumo na forma de pensar das autoridades brasileiras da época sobre a colonização por meio de imigrantes, com preocupações sobre eventuais efeitos negativos da diversidade da população para a constituição da nacionalidade, motivo

pelo qual começaram a ocorrer restrições a determinados grupos, no início, até que o projeto de imigração, como um todo, fosse colocado sob suspeita.

Evidentemente, o Rio Grande do Sul recebe imigrantes até hoje, mas não são mais contingentes comparáveis aos do período áureo de que se trata aqui. O ano de 1930 também sinaliza a sensação de saturação do espaço gaúcho para novos projetos colonizadores, dentro da própria sociedade – mesmo que nem todo o território estivesse ocupado, começava-se a sentir a necessidade de buscar novos espaços para além da fronteira estadual. Simbolicamente, essa sensação está representada na fundação das colônias “rio-grandenses” de Porto Novo (hoje, Itapiranga) e Porto Feliz (hoje, Mondaí), no extremo oeste catarinense, na década de 1920. Na sequência, iniciou um duradouro fluxo colonizador de gaúchos, que, entretanto, atingiu as fronteiras mais distantes do País, e até ingressou em países vizinhos.

Isso significa que, em torno de 1930, existia um quadro mais ou menos definido sobre a influência da imigração e da colonização sobre a ocupação do espaço gaúcho e sobre a composição étnico-cultural da população, o qual, nas décadas seguintes, registrou o desdobramento natural desse processo. Mesmo que todos os dados estatísticos a esse respeito devam ser vistos com muita cautela, e os números, com certeza, carecem de precisão absoluta, pois até as cifras dos censos demográficos apresentam discrepâncias, pode-se desenhar o quadro de uma tendência geral.

Em função da crise política que desembocou na Revolução, não ocorreu o censo demográfico de 1930. Mas como se tem números ao menos aproximados sobre o total de habitantes do Rio Grande do Sul levantados pelos censos de 1920 e de 1940, pode-se pressupor, por meio de um cálculo da média, que em 1930 eram cerca de 2.600.000 habitantes. Um relatório apresentado pela Secretaria de Obras Públicas, no ano de 1930, indicava que os imigrantes de que este capítulo trata, mais seus descendentes, eram calculados em, aproximadamente, 850.000. Isso representaria 32% da população total do Estado (GRITTI, 2004, p. 79).

Estudos específicos sobre os diferentes grupos, porém, apontam para percentuais maiores. Jean Roche, ao referir-se a alemães e descendentes, apresenta autores e conjecturas próprias que sugerem números superiores aos 400.00 admitidos pela fonte citada, chegando a trabalhar com a hipótese de que, 20 anos depois, em 1950, 21% da população gaúcha eram de origem alemã (ROCHE, 1969, p. 169-170). Loraine Slomp Giron e Vania Herédia (2007, p. 25) calculam que, já em 1920, o conjunto da “população colonial” teria representado 41,5% do total. E Isabel Gritti considera sub-

representados nas estatísticas os números de nascimentos de filhos de poloneses, com que também pleiteia para esse grupo um número maior que o indicado na fonte governamental (GRITTI, 2004, p. 80).¹

Por tudo isso, mesmo que as deficiências estatísticas não permitam afirmações categóricas sobre o montante da população originária do processo de imigração e colonização aqui abordado, é plausível dizer que, a partir de 1930, cerca de 40% da população estadual passou a ser constituída por aqueles que, até hoje, muitas vezes, são chamados de “imigrantes”, ainda que a quase totalidade deles já tenha nascido brasileira.

Uma parte da opinião pública gaúcha possui uma visão correta sobre a localização desses “imigrantes”. Mesmo assim, convém apontar para algumas peculiaridades. Quem viajar pelo interior do Município de Bagé – um dos mais típicos da campanha gaúcha – poderá deparar-se com a Colônia Nova, um núcleo de gente com características físicas tipicamente norte-europeias, que em parte se comunica por meio de uma língua que não é a portuguesa, e que frequenta uma igreja cuja denominação não é corriqueira – menonita.

O mesmo viajante poderá encontrar, não muito distante de Bagé, um município (Hulha Negra) no qual verá inscrições do tipo “Açougue Becker”, mas quando se dirigir ao proprietário na língua alemã não será compreendido, de forma alguma. E situações semelhantes são encontráveis por todo o Estado, denotando que os imigrantes e descendentes deixaram suas marcas, ainda que essas marcas possam ter características muito diferentes de lugar para lugar.

Mas não há dúvida de que aquilo que caracteriza o Estado são as grandes “manchas” geográficas decorrentes do processo de colonização em pauta. Algumas dessas “manchas” são mais visíveis e citadas por qualquer cidadão gaúcho, ou até brasileiro, consultado por um destes institutos que procuram estabelecer hierarquias de “marcas mais lembradas”. Mas há outras “manchas” quase ignoradas por completo, pela opinião pública.

Neste sentido, cabe, justamente, chamar a atenção para a extensa área de colonização localizada ao sul de Porto Alegre, em uma área que, grosso modo, compõe um triângulo imaginário, com vértices na Capital, em Pelotas e em Canguçu – área que,

¹ Uma discussão sobre as diferentes fontes estatísticas em torno da população de origem alemã encontra-se em Schäffer (1994).

mais próximo de Porto Alegre, abriga os citados núcleos de colonização polonesa (Dom Feliciano e Mariana Pimentel), mas também Sertão Santana, de colonização alemã.

O estabelecimento dos imigrantes e de seus descendentes nesta região deu-se de uma forma um tanto diferente da usual, pois não aconteceu em áreas de florestas, mas sim em áreas já ocupadas por populações tradicionais do Estado, de origem portuguesa, açoriana, incluindo negros de origem escrava, índios, e indivíduos resultantes da miscigenação desses vários grupos. Ainda que localmente ocorram casos em que os “imigrantes” foram e continuam sendo maioria (em algumas partes dos antigos municípios de São Lourenço do Sul e de Pelotas), foram minoria no conjunto daquela região, tendo-se “infiltrado” entre a população majoritária.

Simbolicamente, essa realidade pode ser ilustrada pelo Município de Canguçu, incluindo a própria sede, uma comuna de ocupação “tradicional”, na qual se imiscuíram imigrantes que acabaram de conferir-lhe uma situação socioeconômica e humana que é típica das mais tradicionais áreas de imigração – o município se apresenta como aquele que possui o maior número de minifúndios de todo o Brasil.

Talvez por ser menos visível – isto é, menos lembrada – como região de colonização centro-europeia, a história e a configuração atual dessa área do sul ainda foram pouco estudadas. Mas não há dúvida de que esse espaço geográfico apresenta algumas características peculiares, em uma comparação com outras regiões típicas de colonização. Mesmo que se sintam mudanças em tempos mais recentes, as colônias daquela região nunca tiveram um desenvolvimento econômico comparável à boa parte das outras regiões. Possivelmente pela sua localização em meio a populações de outras origens, também a paisagem cultural é *sui generis* – por um lado, o cultivo da língua original se perdeu em larga medida, mas, por outro lado, se mantiveram traços “originários” muito interessantes.

Como esses “imigrantes” são, em grande parte, de origem alemã, muitos deles são luteranos e, justamente sob essa perspectiva, conservam uma originalidade que não existe em nenhuma outra região de colonização alemã – muitas comunidades religiosas nunca se filiaram a instituições eclesiásticas, isto é, a igrejas nacionais, mantendo-se como comunidades “livres” ou “independentes”, que se autoadministram e contratam, de forma totalmente autônoma, pastores. Inversamente, chegaram a exercer, em determinado momento, influência cultural-religiosa sobre populações pré-estabelecidas, a ponto de ter-se constituído uma comunidade luterana composta de negros, em Manoel do Rego, no interior de Canguçu.

É evidente que, sob outros aspectos, essa região de colonização apresenta características usualmente consideradas típicas, como a citada divisão da propriedade em minifúndios, o aspecto físico das pessoas, a diversidade religiosa, a vida associativa.

Mas não há dúvida de que a região mais claramente identificada com o processo de imigração e de colonização, pela maioria da opinião pública gaúcha e brasileira, localiza-se na metade norte do Estado – abstraindo de algumas áreas do nordeste os assim chamados “campos de cima da serra”, o restante desta parte teve algum grau de influência imigrantista. Esse fato levou a um rearranjo gradativo tanto da demografia quanto da economia e da própria política estadual. Em pesquisa realizada aproximadamente 20 anos atrás, foi possível constatar que, ao estabelecer-se uma linha imaginária que partisse da fronteira norte do Município de São Borja e terminasse na fronteira sul do Município de Osório, ter-se-iam duas “metades”, em uma correlação que foi se modificando, no decorrer do tempo.

Em termos de superfície, a “metade” sul é cerca de 20% maior que a “metade” norte, mas, em 1920, o número de habitantes das duas partes era mais ou menos igual. Já pelo censo demográfico de 1940, o norte apresentou uma população 50% superior à do sul, mostrando o intenso crescimento, durante um período relativamente curto de 20 anos.² O sul ainda apresentava uma densidade maior de pessoas com curso superior (2.695 graduados contra 2.138), mas, do ponto de vista econômico, a produção agrícola apontava para uma relação favorável ao norte, em um percentual de 65% contra 35%; naquilo que tange ao capital industrial investido, essa relação era de 53% *versus* 47%; quanto à renda interna municipal de 52% *versus* 48% – dados que indicam que o Estado se encontrava em um claro processo de deslocamento de seu peso demográfico, mas, também, econômico para a “metade” norte.

Tal desenvolvimento material era mais difícil de ser controlado pela vontade do que outros campos da atividade humana. Provavelmente, o fato de que a política pode ser mais facilmente controlada e dirigida pelos atores dominantes fez com que, desde o início da República, o número de deputados estaduais de sobrenome alemão e italiano não conseguisse ultrapassar os 15%, mas, após a Segunda Guerra Mundial, os sobrenomes desses dois grupos, juntos, atingiram 41%, nas eleições de 1947, e 35%, nas de 1950. Isso indica que também se registra uma ascensão política definitiva do mundo “colonial”, a partir daquele momento (GERTZ, 1991, p. 74-76).

² Tal dado torna mais plausível a hipótese de que, no mínimo, 40% da população gaúcha da época tenham tido origem “imigrantista”.

Com isso, a resposta à pergunta sobre o número e a localização dos imigrantes e de seus descendentes pode ser dada com algum grau de segurança: desde aproximadamente 1930, pode-se pressupor que, no mínimo, 40% da população gaúcha são descendentes de alemães, italianos, poloneses, judeus e japoneses, e eles se concentram, sobretudo, na metade norte do Rio Grande do Sul, apesar de que, evidentemente, nem todos os habitantes dessa área são “imigrantes”.

3 Elogio da diferença

Alguns anos atrás, foi escrito um pequeno texto jornalístico com o subtítulo deste item, no qual se tentou mostrar que uma parte muito significativa da opinião pública gaúcha e brasileira pensa que todos os “imigrantes” e todas as “colônias” são iguais – iguais entre si, mas também iguais em sua diferença em relação àquilo que é considerado tipicamente gaúcho ou brasileiro.³

Inicia-se por este último ponto, que é utilizado tanto por aqueles que se mostram simpáticos em relação ao projeto de imigração e colonização, quanto por aqueles que o criticam. Aqueles que simpatizam com os resultados da imigração destacam aspectos diferenciais considerados positivos em relação àquilo que se imagina como sendo a realidade brasileira típica – os imigrantes colonizadores teriam trazido muitas coisas boas, como a modernização econômica para um Estado considerado tradicional, o *ethos* do trabalho e a disposição para a ordem, na vida cotidiana.

Os críticos negativos apontam para a importação de tradições culturais que são consideradas diferentes daquilo que se costuma ver como cultura “típica” do Estado; os imigrantes alemães – em grande parte protestantes – teriam rompido a unidade religiosa; mas, sobretudo, em uma decisão político-administrativa errada, alemães, italianos e poloneses teriam sido estabelecidos em núcleos coloniais etnicamente homogêneos, cuja consequência teria sido a preservação das características étnicas, culturais e religiosas, a não miscigenação e o conseqüente desenvolvimento de “quistos étnicos” (deve-se destacar que, na linguagem médica da época em que essa expressão surgiu, a palavra “quisto” estava intimamente associada ao câncer).

As avaliações favoráveis e desfavoráveis serão retomadas logo adiante. Antes disso, porém, se pretende falar de outro tipo de diferença. Mesmo no período imperial,

³ Ver Gertz (2004).

havia projetos de colonização “oficiais” e “particulares”, mas, para a atualidade (entenda-se: depois de 1875), essa distinção adquire importância maior, pois o resultado – ao menos em alguns casos – será bastante diferente. Os republicanos gaúchos justamente se preocuparam em evitar colônias homogêneas do ponto de vista étnico e religioso. E duas colônias fundadas no início da República simbolizam essa política: Ijuí e Guarani.

Ijuí é suficientemente conhecido para um público minimamente informado. De Guarani, porém, deve-se dizer que o território não é idêntico ao atual Município de Guarani das Missões. A velha colônia Guarani abrangia um espaço geográfico mais amplo, que, grosso modo, se estendia da atual cidade de Guarani das Missões até Santa Rosa.

Tanto Ijuí quanto Guarani se caracterizaram pela tentativa de estabelecimento de colonizadores das mais diferentes origens étnicas e religiosas – incluindo aqueles que, na linguagem da época, eram denominados “nacionais”, isto é, pessoas que não eram descendentes de nenhuma das principais correntes imigratórias centro-europeias. No citado pequeno texto intitulado “Elogio da diferença”, arrolou-se uma série de nomes de colonizadores pioneiros extraídos de um livro editado por frei Rovílio Costa (2004) sobre a colônia Guarani: Gaudêncio da Silva, Johann Johansson Knckta, Saveli Bujaj, Adolpho Capeletti, Gustav Schultz, Henri van Ecnov, Samsão Formine Doyko, Nikifor Frondrolnk, Alessander Juntaxna, Matts Mattsson Maaempão, Jacob Majer, Francisco Przjbsz.

Abstraindo do fato de que em alguns desses nomes foi tentado um “aportuguesamento” e de que outros devem estar escritos errados, essa nominata dá uma ideia da variedade de origem étnico-nacional dos primeiros colonizadores de Guarani. As diferenças religiosas, evidentemente, não são visíveis pelos nomes, mas fato é que a quase totalidade das confissões religiosas que um brasileiro mais ou menos informado poderia imaginar, até uns 30 ou 40 anos atrás, estiveram representados nessa colônia.

Em Ijuí, aconteceu algo muito parecido. Em relação a esta colônia, basta referir a conhecida FENADI – Feira Nacional das Etnias Diversificadas –, que é organizada com a participação de mais de dez grupos diferentes.

Naquilo que tange à colônia de Guarani, cabe, ainda, ressaltar que o centro urbano mais significativo de alguma forma vinculado a esse projeto é a cidade de Santa Rosa. Tanto por razões doutrinárias (o princípio positivista de separação rígida entre os poderes temporal e espiritual), quanto por razões práticas decorrentes do número de

confissões religiosas com representação percentualmente importante, Santa Rosa é, possivelmente, a única cidade desse porte, no Rio Grande do Sul, em que não há qualquer igreja no entorno – nem próximo – da praça central.⁴ Todas as confissões religiosas, com número razoável de membros, receberam terrenos, em algum lugar da cidade, para construir sua igreja, incluindo os ortodoxos russos, que possuem um templo próximo à antiga estação de trem.

A experiência da colônia Guarani transformou toda a região do Grande Santa Rosa na área mais ecumênica do Estado – ali habitam os colonizadores das mais diferentes origens étnicas e das mais diferentes origens religiosas. Este é, possivelmente, o motivo pelo qual a região também apresenta um grande ecumenismo político, palpável no fato de que os resultados eleitorais das últimas décadas mostram uma distribuição muito equitativa ao longo do espectro político, isto é, os votos se distribuem de forma muito igual entre “direita” e “esquerda”, sem predominância de nenhum grupo.

Claro, nenhuma explicação sobre o funcionamento da sociedade é simples, motivo pelo qual cabe inserir, aqui, outro aspecto da diversidade entre as “colônias”, decorrente da sua expansão normal por meio das migrações internas. É provável que aos efeitos da diversidade étnica e religiosa da região de Santa Rosa se alie outro fator para explicar o ecumenismo. Todas essas “colônias” localizam-se na fronteira noroeste do Estado, portanto em uma área que representou o final da linha de expansão sucessiva decorrente da migração dos excedentes populacionais das assim chamadas “colônias velhas”, localizadas mais a leste.

Considerando esse fato, torna-se plausível outra hipótese sobre o caráter ecumênico-progressista da região noroeste – é claro, deve-se alertar que não se trata de um “progressismo” verbal, no sentido de que as populações costumassem dizer que são especialmente “democráticas”, “modernas”, “avançadas”. Elas próprias, pelo contrário, não têm qualquer consciência disso, pois essa realidade só é perceptível ao observador externo, com certo treinamento para fazer comparações, observando diferenças de comportamento efetivo. Não há como comprovar essa hipótese, ainda que ela pareça lógica.

⁴ Sobre essa questão de igrejas na praça central, o projeto de colonização foi responsável por alguns outros casos peculiares, no contexto gaúcho: em Candelária, na praça central, existe uma igreja luterana; em Ijuí, há uma igreja católica, de um lado, e uma luterana, na mesma posição, do outro.

Repetindo, além do ecumenismo étnico e religioso, é legítimo conjecturar que o comportamento progressista da população pode derivar, também, do longo processo de migração sucessiva. A lógica é a seguinte: conforme disse o grande sociólogo Max Weber, por natureza, os homens gostariam de viver *como* e *onde* sempre viveram. Acontece que o aumento populacional e o esgotamento do solo pressionam as pessoas a procurarem novos lugares para se estabelecer. Só que, de duas pessoas que sofrem a mesma pressão social para sair do lugar em que sempre viveram, uma pode decidir-se a ir, para tentar melhorar de vida, e a outra permanecer, sem a preocupação ou a ânsia de melhorar. Por essa lógica, os mais progressistas teriam levantado acampamento para tentar melhorar de vida, os mais tradicionais e acomodados teriam ficado – um processo desses, repetindo-se por várias gerações, teria levado a uma “seleção”, da qual resultaria uma região mais dinâmica, mais progressista.

A necessária modéstia do historiador o obriga a admitir que nem a lógica do ecumenismo nem a lógica da seleção progressiva pela migração explicam tudo. Isso fica claro quando se fala de outro tipo de colonização, a colonização particular. É que projetos de colonização também foram levados a efeito por iniciativa privada, seja por meio de empresários individuais, seja por meio de empresas ou de organizações que não possuíam “dono”. Por mais que os positivistas republicanos desaconselhassem esse tipo de colonização, pois tendia a constituir colônias homogêneas, na prática, não tomaram qualquer medida incisiva para impedi-lo, de forma que se tem grandes empreendimentos coloniais com esta última característica. Dois exemplos, cujos inícios datam da virada do século XIX para o XX, ilustram essa situação. Um é Panambi, o outro Cerro Largo – ambos se localizam na região noroeste do estado.

Panambi foi um projeto de empreendedor pessoal, que estabeleceu uma série de condições e de empecilhos que fizeram com que os compradores de lotes coloniais acabassem apresentando algumas características comuns, étnico-culturais e religiosas. Isto conferiu certa uniformidade a essa colônia, criando uma mística comunitária, que, evidentemente, pode ter-se refletido tanto em uma mentalidade comum, mais ou menos uniforme, quanto no tipo e no ritmo do desenvolvimento socioeconômico.

Cerro Largo, por sua vez, não resultou da iniciativa de uma pessoa, mas de uma instituição. Planejada e iniciada pela Associação de Agricultores, uma entidade ecumênica do ponto de vista religioso, passou, pouco depois, ao controle da União Popular, uma organização católica, a qual exerceu forte controle sobre os candidatos à compra de lotes – coisa que praticamente era impossível sem a apresentação de uma

declaração do padre da comunidade de origem, atestando bom comportamento e militância religiosa. Certamente, não constitui exagero atribuir a esta prática a constatação de que essa colônia constitui um dos mais importantes “celeiros” de seminaristas católicos do Rio Grande do Sul.

Esses poucos exemplos pretenderam mostrar que se há alguns elementos que são praticamente universais em todas as “colônias”, como uma estrutura agrária de pequena propriedade, uma ascendência étnica centro-europeia de grande parte da população, com o cultivo de algum tipo de identidade, com a eventual preservação da língua dos antepassados, uma presença marcante das igrejas, há, também, diferenças não desprezíveis, decorrentes da história peculiar de cada colônia, da fase em que foram instaladas, da composição humana. Nem tudo é tão igual quanto o senso comum, muitas vezes, imagina.

4 As populações “tradicionais” e os “colonos”

É óbvio que uma parcela significativa da população que já se encontrava no estado viu com bons olhos a chegada de imigrantes, na expectativa de que viessem a dar uma contribuição importante para o desenvolvimento econômico e humano. E essa perspectiva continua presente até os dias de hoje. Mas é óbvio que elogios, simpatia, convivência harmônica não despertam tanto a atenção nem recebem tantas referências na opinião pública quanto eventuais antipatias, atritos ou até conflitos abertos. Por essa razão, se farão aqui algumas observações sobre esta segunda forma de encarar as “colônias”.

Não há qualquer dúvida de que, em relação aos cinco grupos de colonizadores de que tratamos aqui (alemães, italianos, japoneses, judeus, poloneses), ocorreram, em algum momento da história brasileira, manifestações desabonadoras. Essas manifestações podem ter variado de intensidade, de grupo para grupo e de período para período, mas possuem uma tradição que não se restringe ao Estado do Rio Grande do Sul. Tal fato, associado a eventuais circunstâncias agravantes, levou a alguns atritos e até a conflitos abertos.

E havia uma acusação comum a praticamente todos eles – a de terem formado os já citados “quistos étnicos”. Todos os países que se constituíram a partir de processos de colonização cultivam algum grau de expectativa em relação a imigrantes no sentido de que, tão logo se estabeleçam, se desfaçam de suas características culturais específicas, e

adotem aquelas características que são vistas como típicas do país que os acolheu. Mas o fato de que, no Rio Grande do Sul, tal prática não foi seguida à risca, por causa do estabelecimento da maioria das “colônias” em áreas em que havia relativamente poucos habitantes “tradicionais”, fez com que os processos que os sociólogos de determinada época chamavam de “assimilação” ou “aculturação” fossem mais lentos. Muitas vezes, preservou-se a língua, os casamentos se deram entre membros do mesmo grupo, até houve casos em que os já estabelecidos foram “assimilados” ou “aculturados” aos recém-chegados – o caso mais folclórico é o de negros que passaram a falar a língua dos imigrantes e até a identificar-se como pertencentes à respectiva etnia.

Claro, mais uma vez, essas constatações não são válidas, de forma linear, para todos os cinco grupos. Opiniões desabonadoras sobre os judeus, por exemplo, são milenares e estão difundidas em todo o Ocidente, não só no Brasil.

Naquilo que tange aos poloneses, a ênfase não recaía tanto sobre um suposto “enquistamento étnico”, mas, muito mais, sobre uma suposta má qualidade humana dos imigrantes e de seus descendentes; eram vistos como preguiçosos, beberrões, relaxados, ladrões. Se os judeus podiam ser vistos como perigosos justamente pela sua astúcia em “apunhalar a nacionalidade pelas costas”, a imigração polonesa era encarada como prejudicial, porque os imigrantes e seus descendentes eram vistos como pessoas de segunda categoria.

Os perigos apontados como decorrentes do suposto “enquistamento” referiam-se, sobretudo, aos três outros grupos de imigrantes e descendentes – alemães, italianos e japoneses. Mesmo que em relação aos dois primeiros as prevenções tenham vindo desde o século XIX, com uma primeira fase mais aguda durante a Primeira Guerra Mundial, a situação chegou a um auge durante a Segunda Guerra Mundial, quando, às acusações sobre as supostas dificuldades de constituir uma nação una e uniforme, se juntaram as do perigo de invasão por parte de potências estrangeiras, com a possível ajuda dos seus “súditos” aqui estabelecidos, os quais funcionariam como “quinta-coluna” para preparar o caminho às tropas invasoras.

Tal situação levou a confrontos físicos, no contexto da Segunda Guerra Mundial, os quais deram origem a um clima de estranhamento que perdurou por muitos anos – ao menos naquilo que tange a alemães e italianos, mais seus respectivos descendentes, já que esses eram os dois grupos numericamente mais presentes. Essa situação, a rigor, só mudou quando, em 1974/1975, o governo do Estado promoveu o “biênio da imigração e

colonização”, com homenagens oficiais pela passagem dos 150 anos da imigração alemã e 100 anos da imigração italiana.

Mesmo que as homenagens mais enfáticas fossem feitas em relação a esses dois grupos, o fato de que o próprio governo estava comemorando a presença dos “imigrantes” refletiu sobre o ânimo de praticamente todas as “etnias”, e, na sequência, aconteceu algo que se poderia chamar de “re-etnização”. Como a interdição fora levantada pelo próprio poder público, o cultivo da identidade e a manifestação da autoestima passaram a ser vistos como plenamente liberados. Entre muitos outros reflexos dessa nova situação, a mais visível, certamente, são as festas populares.

Mais uma vez, há diferenças entre os grupos – as “colônias” alemã e polonesa festejam suas *Oktoberfest* e *Polfest*; as grandes festas da “colônia” italiana referem-se mais à vida econômica (Festa da Uva, do Vinho, do Queijo); mas também houve a retomada de manifestações populares tradicionais, como o “filó”. Além disso, aconteceu uma revalorização da arquitetura considerada representativa dos grupos imigrantes – nas regiões de colonização alemã, as casas de enxaimel; nas de colonização italiana, as de pedra. Tanto as festas quanto a arquitetura e outros elementos culturais foram aproveitados para promover o turismo nas respectivas regiões.

De uma maneira geral, nota-se que a população do Estado, como um todo, não faz restrições a essas práticas étnico-culturais. Pelo contrário, faz turismo nas respectivas regiões e se diverte nas festas. Mas não há unanimidade a respeito. O fato de que, desde o final do regime militar, vem acontecendo alguns episódios classificados como “neonazistas” fez com que a lógica da antiga tese do “enquistamento” tenha, novamente, ganho alguns adeptos na opinião pública.

Mesmo que não haja indícios concretos de que os descendentes dos imigrantes sejam os responsáveis pelos atos classificados de “neonazistas”, até autoridades atribuem, publicamente, a responsabilidade aos “imigrantes”. Assim, um delegado de polícia que costuma ser apresentado como *expert* no combate a “neonazistas” disse, em abril de 2011, a uma repórter que o entrevistou a respeito do assunto: “A senhora lembra o seguinte: o sul do Brasil é basicamente originário de colonização alemã, italiana, polonesa” (BARROS, 2011).

Tal observação, feita por um agente do Estado, obviamente, lançou uma grave suspeita sobre os três grupos. Isso sem falar de muitas outras observações, no mesmo sentido, espalhadas pelos meios de comunicação. Não há pesquisas sérias para aferir que percentual da população gaúcha compartilha desta última opinião em relação aos

“imigrantes”. Mas o fato de que opiniões desse tipo circulam – até são divulgadas por autoridades – mostra que o projeto imigrantista e seus resultados ainda não estão totalmente assimilados.

5 Os “colonos” e o Rio Grande do Sul

Independente das opiniões de parte da opinião pública, as comunidades resultantes do projeto de imigração apresentam algumas características decorrentes, não tanto da origem da população, mas muito mais da estrutura social que ali se criou. Se é verdade que o desenvolvimento econômico acabou levando a uma grande diferenciação social, entre os mais ricos e os mais pobres, naquelas “colônias” que se transformaram em grandes centros industriais, também é verdade que durante muitos anos essas comunidades se caracterizaram por uma relativa igualdade social, igualdade que ainda sobrevive em muitas regiões que não experimentaram um processo acentuado de industrialização.

E essa igualdade relativa criou, nessas comunidades, tradições democráticas que sobrevivem até hoje. Nas listagens com os Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros, essas comunidades aparecem no topo. Da mesma forma, chama atenção um dado sobre a participação feminina na política dessas comunidades. Os dados numéricos sobre as mulheres-prefeitas que o Rio Grande do Sul teve, desde 1982, indicam uma clara predominância dos sobrenomes de origem alemã, italiana e polonesa, ou, ainda, de mulheres com outro sobrenome em municípios típicos de colonização com um dos três grupos.

Em um estudo sobre as vereadoras eleitas em 1992 e 1996, constatou-se que, na primeira data, 57% tinham sobrenomes alemães e/ou italianos, e, na segunda, esse percentual era de 61%. Se somados os sobrenomes poloneses, certamente seriam mais de 70% de sobrenomes “imigrantes”. A explicação, mais uma vez, está na estrutura familiar relativamente democrática, permitindo o envolvimento das mulheres.

Há vários anos, a Confederação Nacional dos Municípios realiza uma pesquisa na qual são calculados os níveis de atendimento proporcionado pelas administrações municipais brasileiras para seus cidadãos. A lista elaborada a partir dos resultados desse cálculo é encimada por aqueles municípios que atendem ao maior número possível de cidadãos, da forma mais equitativa possível, com os recursos existentes, isto é, os impostos arrecadados. E essa lista registra, no seu topo, exatamente uma grande

quantidade de municípios “coloniais” do Rio Grande do Sul. Para exemplificar – São José do Hortêncio, no vale do rio Caí, sustentou o primeiro lugar durante quase toda a primeira década do século XXI.

Entre as supostas mazelas apontadas pelos críticos do projeto imigrantista, também está o racismo da população – alegadamente em níveis muito superiores do que no conjunto da população gaúcha. Da mesma forma que a acusação referente às origens do “neonazismo”, também essa acusação está fundamentada em dados muito frágeis, ou, até inexistentes. No mínimo, naquilo que tange aos Índices de Desenvolvimento Humano da população negra nesses municípios, eles não apontam para números mais baixos que em outras regiões. Mesmo que esse tema ainda não esteja suficientemente investigado para permitir conclusões definitivas, alguns estudos apontam para o fato de que os próprios negros não costumam sentir maiores níveis de preconceito e de desconforto que em outros lugares do Estado.

Para concluir, o projeto de colonização com imigrantes alemães, iniciado em 1824, e ampliado, a partir da década de 1870, com imigrantes de outras nacionalidades, trouxe transformações significativas para as Geografias Física e Humana do Rio Grande do Sul. Os resultados ainda são controversos. Mas é certo que nenhum grupo pensa em abandonar o Estado, motivo pelo qual essa Geografia Humana não sofrerá mudanças radicais nas próximas gerações. E não há motivo para acreditar que a convivência harmoniosa – apenas perturbada por pequenos incidentes causados por irresponsáveis – não possa melhorar ainda mais, no futuro, por meio de um melhor conhecimento recíproco.

Referências

BARROS, Ana Claudia. Os neonazistas são bem mais que meia dúzia, afirma delegado. In: **Terra Magazine**. 11 de abril de 2011. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5070131-EI6594,00-Os+neonazistas+sao+bem+mais+que+meia+duzia+afirma+delegado.html>>. Acesso em 30 jul. 2011.

COSTA, Rovílio. **Povoadores da Colônia Guarani, 1891-1922**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Os imigrantes japoneses na história do Rio Grande do Sul. In: **Imigração e relações interétnicas: Anais do XVII Simpósio de Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2008, p. 233-243 (CD-Rom).

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Elogio da diferença. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 de julho de 2004, Caderno “Cultura”, p. 10-11.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul**: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Marins Livreiro – Editor, 1997.

_____. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: MAUCH, Cláudia; e VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 163-183.

SOARES, André Luiz R. et al. **50 anos de História**: imigração japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008). Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008.

WAINBERG, Jacques A. (coord.) **Cem anos de amor**: a imigração judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 2004.